



## PRECONCEITOS SOCIAIS E LINGÜÍSTICOS: DAS VIVÊNCIAS ÀS RESISTÊNCIAS DE INDÍGENAS TERENA DE MT

Nilce Alcântara Gabriel<sup>1</sup>

*Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)*

Neusa Inês Philippsen<sup>2</sup>

*Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)*

### RESUMO

O presente artigo está embasado nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1994, apud MONTEIRO, 2000) e algumas nuances da Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2011), considerando as variações da língua portuguesa brasileira falada por indígenas Terena e da língua Terena na Aldeia Kopenoty, objetivando demonstrar a importância da educação linguística consciente para refutar o preconceito linguístico (BAGNO, 2005) e suas ramificações. As entrevistas direcionadas com perguntas abertas levaram a narrativas, as quais evidenciaram diversas vertentes dos preconceitos sociais e linguísticos vivenciados pelos informantes da etnia Terena do Norte de Mato Grosso, destacando, dentre os resultados, seus sentimentos, crenças e percepções pessoais.

**Palavras-chave:** Sociolinguística Variacionista e Educacional. Preconceitos sociais e linguísticos. Educação linguística. Indígenas Terena.

### ABSTRACT

This article is based on the theoretical-methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 1994, apud MONTEIRO, 2000) and some nuances of Educational Sociolinguistics (BORTONI-RICARDO, 2011), considering the variations of the Brazilian Portuguese language spoken by indigenous Terena and variation of the Terena language in Aldeia Kopenoty, aiming to demonstrate the importance of conscious linguistic education to refute linguistic prejudice (BAGNO, 2005) and its ramifications. The interviews directed with open questions led to narratives which showed different aspects of social and linguistic preconception experienced by informants of the Terena ethnic group in northern Mato Grosso, highlighting, among the results, their feelings, beliefs and personal perceptions.

**Keywords:** Variationist and Educational Sociolinguistics; social and linguistic preconception. Language education. Indigenous Terena.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> É professora da Escola Estadual Indígena Elio Turi Rondon Terena. É graduada em Licenciatura Intercultural Indígena pela UNEMAT e é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLetras na UNEMAT/Sinop. E-mail: nilce.alcantara@unemat.br

<sup>2</sup> É professora adjunta da UNEMAT e dos programas de pós-graduação stricto sensu do Mestrado Acadêmico em Letras (PPGLetras) e do PROFLETRAS, na UNEMAT/Sinop. É doutora em Letras pela Universidade de São Paulo - USP, pós-doutorado pela Universidade de São Paulo - USP e pós-doutorado pela Universität Augsburg – Alemanha. E-mail: neusa.philippsen@unemat.br



O presente artigo está embasado nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1994, apud MONTEIRO, 2000), que enaltecem a importância de estudar empiricamente as comunidades de fala com o propósito de mostrar a relevância da correlação entre língua e sociedade. Ademais, a língua é dotada de “heterogeneidade sistemática”, fato que permite a identificação e demarcação de diferenças sociais na comunidade, sendo que o domínio de estruturas heterogêneas se constitui como parte da competência linguística dos indivíduos. Ainda segundo Monteiro (2000), os fatores condicionantes dessas diferenças sociais são aqueles ligados ao falante, ao destinatário, às suas identidades sociais e ao contexto em que se dá a comunicação.

Tais fatores também são centrais para a Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2011), sendo assim, considerou-se, para a presente pesquisa, as variações da língua portuguesa brasileira falada por indígenas e a importância da educação linguística para refutar o preconceito linguístico (BAGNO, 2005) e suas ramificações. Nesse sentido, pode-se afirmar que, na língua, se projeta a cultura de um povo, compreendendo-se cultura no sentido mais amplo, ou seja, o conjunto dos padrões de comportamento, das crenças, instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade. Quando esses fatores não são respeitados ou são subvalorizados, surge o preconceito linguístico. Do mesmo modo, o preconceito social contra grupos étnicos é um problema muito comum no contexto histórico da humanidade, pois existiram e existem em todas as civilizações, nos mais diversos momentos de nossa história (ÂNGULO e BONIFÁCIO, 2013). Sendo assim, é imprescindível que tais questões sejam tratadas e trabalhadas no âmbito educacional.

O objetivo geral deste artigo consiste em evidenciar e registrar as percepções de indígenas Terena acerca das situações de preconceitos sociais e linguísticos, bem como demonstrar como o conhecimento da variação e mudança linguísticas pode auxiliar no combate a essas formas de preconceitos presentes na sociedade brasileira como um todo.

A metodologia abordou a pesquisa de campo com perguntas direcionadas em que os informantes expressaram, em forma de narrativas, suas vivências e percepções. Os informantes<sup>3</sup> foram selecionados conforme a idade (faixa etária entre 18 a 45 anos); etnia (Terena); escolaridade (graduados ou graduandos); e núcleo familiar (organização das famílias por sobrenomes), sendo **INF1**: homem, graduado, professor na aldeia, idade 45; **INF2**: homem, graduando, líder cultural e professor, idade 25; **INF3**: homem, graduando, professor, idade 26. Justifica-se a pertinência desse trabalho a partir da necessidade urgente de debater sobre os aspectos da variação nas línguas indígena Terena e portuguesa brasileira (PB), assim como sobre o ensino bilíngue que combata o constrangimento linguístico em ambas as línguas.

## 1 TERENAS DA ALDEIA KOPENOTY: OS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO E QUESTÕES DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Os povos indígenas Terena, também chamados de *Tereno*, pertencem ao grupo maior dos Guanás<sup>4</sup>. Demograficamente estão localizados no estado de Mato Grosso do Sul (Áreas Indígenas Aldeinha, Buriti, Dourados, Lalima, Limão Verde, Nioaque, Pilade Rebuá, Taunay/Ipegue e Terras

<sup>3</sup> Para este artigo, utilizou-se um recorte de apenas três informantes, para não se exceder ao número de laudas obrigatório e por considerar-se que atenda ao objetivo proposto nesta produção.

<sup>4</sup> Leitura de dados retirados do site: <https://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/povos-indigenas/terena/> (2022).



Indígenas Água Limpa e Cachoeirinha, a oeste da Reserva Indígena Kadiwéu, na Área Indígena Umutina e a leste do rio Miranda); também no interior de São Paulo (Áreas Indígenas Araribá, Avaí e Icatu) e à margem esquerda do alto rio Paraguai, no estado de Mato Grosso, mas com maior número vivendo ao norte deste estado, entre os municípios de Peixoto de Azevedo, Matupá e Garantã do Norte, na Terra Indígena Gleba Iriri Novo, às margens do rio Iriri, nas aldeias Kopenoty, Kuxonety Poke'é, Inamaty Poke'é e Turipuku, e dentre as atividades econômicas mais frequentes está a cultura do plantio.

A aldeia Kopenoty, locus desse trabalho de pesquisa, compreende uma área de aproximadamente 30 hectares, localizada próxima ao Distrito de União Norte, às margens da antiga BR 080. Sendo que a aldeia é ocupada por 21 famílias, originárias em sua maioria do estado de MS, que migraram em um processo de busca pela legalização de uma Terra Indígena, processo esse que ocorreu no ano de 2007 da Terra Indígena do Iriri Novo.

A língua materna Terena, considerada uma língua de memória e em situação de revitalização<sup>5</sup>, não é de fato a língua com maior uso na comunidade, sendo um fator preponderante para a boa relação dos Terena com a sociedade envolvente a fluidez linguística em português brasileiro e a pouca resistência aos bens culturais da sociedade não-indígena.

Entretanto, a proximidade da comunidade Kopenoty com o ambiente urbano (apenas 75 KM da cidade de Peixoto de Azevedo, MT) faz com que haja um distanciamento da cultura indígena Terena, especialmente na questão linguística. Esse fato se deve não só às agências reguladoras da língua PB presentes nas aldeias, como rádio, internet e TV, mas também às questões que envolvem as atitudes dos falantes indígenas no uso das línguas e suas variações.

O processo migratório dos Terena e a permanência na Aldeia Kopenoty foram variáveis que podem ser elencadas como influenciadoras no maior uso linguístico e cultural que hoje se apresenta na realidade da comunidade e o uso secundário da língua Terena.

## 2 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O BILINGUISMO: PONDERAÇÕES TEÓRICAS

O feixe de variedades de línguas faladas em todo o território nacional faz parte da riqueza cultural do país, sendo fundamental investigar, conhecer, valorizar e preservar as várias línguas faladas no Brasil. As línguas não são homogêneas, elas sofrem o fenômeno da variação, que ocorre influenciado por diversos fatores, podendo ser condicionado pela faixa etária de cada grupo social, profissão, gênero, classes sociais, região, localidade, com a identidade que cada grupo apresenta e reconhece, assim como é fortemente definido pela situação de uso da língua dentro da comunidade.

Como ocorre em todas as línguas, as línguas dos povos indígenas do Brasil também variam e se adequam à plena expressão social e identitária das comunidades. Da mesma forma que qualquer criança ou adulto, com maior ou menor esforço, pode aprender línguas diferentes da sua, também os povos indígenas do Brasil podem aprender o português e manter a sua língua materna, para tanto a educação linguística na escola é a peça primordial nesse processo.

Nesse contexto, bilinguismo é termo utilizado para designar um contexto onde um mesmo indivíduo ou sociedade é usuário de mais de uma língua. Essas línguas podem ter sido aprendidas ainda na infância, de forma simultânea - ou quase simultânea - ou em momentos distintos da vida

---

<sup>5</sup> Conforme Luz (2020), a língua Terena falada no norte de Mato Grosso encontra-se classificada dessa maneira tendo em vista a existência de falantes da língua e a presença de estratégias de revitalização presentes na escola e em eventos da comunidade.



do indivíduo, neste caso, podendo ultrapassar o período da infância. Dessa forma, afirma-se que todas as pessoas que falam uma segunda língua, seja língua estrangeira ou não, são bilíngues (SANTOS, 2021).

Sendo assim, trazemos para a reflexão teórica a questão das variações em coexistência linguística, como ocorre em contextos interculturais plurilíngues e multilíngues, debate esse que pode ser influenciador no sentido de desconstruir preconceitos linguísticos colonialmente herdados.

A questão da variação linguística, segundo Rodrigues (2002), perpassa pela função das línguas no seio de cada comunidade. Ainda conforme o autor, quando é reduzido o contato entre comunidades de falantes mais tradicionais e ampliado com novas comunidades, há uma consequente maior variação linguística entre os grupos.

Nesse sentido, Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000) aponta que falantes de uma língua expostos aos meios de comunicação de massa podem ser afetados pela mudança ou mesmo substituição linguística, de tal modo que, com o passar do tempo, a linguagem que usam se torna cada vez mais diferenciada de falantes menos expostos, o que poderia explicar a fluência em PB e o distanciamento da língua materna devido a aproximação cada vez maior de indígenas Terena com os modos de vida urbanos, se comparados aos falantes de outras etnias mais isoladas geograficamente.

Dessa forma, o contato entre as línguas também resulta em variação. Para Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000), a linguagem reflete o local, a origem e a identidade a partir de fatores sociais que podem ser observados. Nessa premissa, referente à variação da língua Terena resultante do contato frequente com a língua portuguesa brasileira em sua variedade popular, ela pode ser observada na língua escrita quanto na língua falada.

Segue uma amostra com alguns exemplos trazidos por Belizário e Gomes (2015) e Luz (2020) em que a língua Terena recebeu influência da língua portuguesa: **aramusu** – almoço (hora do almoço); **axúka** – açúcar; **tarefa** - tarefa (qualquer trabalho que se faz por dever); **Cuiabá** - Cuiabá (capital do Estado de Mato Grosso); **Njelu** – Gelo; **Mbulu** – Bolo; **Orapa** – Abelha europa/abelha; **n'zapatuna** – meu sapato; **Koreta** – carro; **celular** – celular.

Belizário e Gomes (2015) afirmam ainda que as relações de trabalho estabelecidas entre a sociedade indígena Terena e a sociedade não-indígena, além de variação também resultaram em mudança na língua, acréscimo e perda de palavras do léxico Terena em sua variedade mais tradicional, corroborando com Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000) acerca da assimilação de novos traços pela comunidade de fala pela inovação e influência linguística.

Tal fato só ocorre mediante a assimilação dessas inovações por outros falantes, os quais empregam essas novas formas em suas interações sociais atribuindo-lhes sentidos no uso cotidiano, sendo que esse fenômeno também pode ser observado na comunidade indígena Terena Kopenoty.

Outro aspecto referente à mudança e variação, como já dito, se dá no campo diatópico, ou seja, na geografia da comunidade, considerando seus processos migratórios. Assim, a língua de antes, tratada como tradicional, vai dando o lugar às variações e mudanças influenciadas também pelo novo espaço físico da comunidade, conforme pode ser percebido entre os falantes terena da aldeia Kopenoty.

Outrossim, a mudança geográfica do cerrado característico do estado de MS para a região amazônica do norte de MT resultou em modificação no léxico, pois os indígenas foram alterando o seu modo de falar com o passar dos anos e por suas novas necessidades comunicativas locais.



Compreender esse processo de variação, tanto na língua portuguesa quanto na língua Terena, por falantes bilíngues Terena e demais falantes bilíngues indígenas, faz com que o preconceito linguístico seja combatido, tendo em vista que falar diferente não significa falar errado ou feio uma determinada língua, seja ela indígena ou não-indígena.

A educação linguística é um caminho para propostas de educação escolar mais humanizadas frente ao leque de diversidades que as línguas oferecem, as quais não podem ser transformados em estigmas e constrangimentos linguísticos que silenciam culturas e línguas inteiras.

### 3 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA PERCEPÇÃO DE INDÍGENAS TERENA DA ALDEIA KOPENOTY

Atribuímos os preconceitos sociais e linguísticos como sendo reflexos do abismo social cruel e injusto existente no país, conforme aponta Bagno:

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito -, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não padrão do português brasileiro – que são a maioria de nossa população – e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola. (BAGNO, 2005, p. 16).

Esse prejulgamento é mais evidente no tratamento às variedades mais informais e populares de uma língua, com maior presença em comunidades de fala menos favorecidas ou desprestigiadas, as quais também possuem menor acesso à educação escolarizada, geralmente oriunda de um sistema educacional de qualidade deficitária aos padrões sociais das classes dominantes.

Assim, pode-se dizer que o conceito aludido de ‘padrão’ está ao lado do conceito de ‘preconceito’. As línguas, via de regra, sofrem variações naturalmente, entretanto, o padrão acompanha o preconceito à medida em que o ensino desconsidera as variedades populares como viáveis ao processo de comunicação e interação entre falantes, colocando, como central, a noção de certo e errado, porém, que não corresponde à realidade das línguas vivas e em movimento de transformação constante.

Como metodologia para a coleta de dados, utilizamos a pesquisa de campo com entrevistas direcionadas aos 3 informantes (INF1, INF, 2 E INF3), gravadas em áudio e vídeo, em que foram lançadas aos informantes duas perguntas-chave para que discorressem em forma de narrativas, sendo a primeira relacionada a algum momento em que vivenciou preconceito social e/ou linguístico em língua portuguesa e depois a mesma situação em língua materna Terena. Os relatos foram gravados, transcritos e analisados à luz dos pressupostos teóricos que permeiam esse artigo. Segue o relato de um dos informantes INF1, homem, 45 anos, graduado em Ciências da Natureza e Matemática, pertencente ao núcleo familiar Jorge:

**INF1:** *Quando eu era aluno no ensino fundamental, eu sofri muito quando eu fui estudar fora da aldeia, mesmo porque na minha época não tinha escola (na aldeia) como tem hoje. Então na escola não-indígena eu sofri essa discriminação por ser indígena, tanto que, ao fazer um trabalho,*



*principalmente em língua portuguesa, na hora de escolher os meus colegas, não tive com quem fazer, pois ninguém queria fazer comigo, então acabei por fazer o trabalho sozinho.*

Neste primeiro momento, nos deparamos com a questão do preconceito social contra a figura simbólica do indígena que remete ao indígena selvagem da mesma época da colonização, o que gera o preconceito social acerca do indígena genérico, cristalizado em uma imagem que não corresponde à realidade do indígena na atualidade, pressupondo inclusive um atraso cognitivo associado à condição de ser indígena. Segue abaixo mais um trecho que evidencia a percepção do informante referente à situação de preconceito vivenciada:

**INF1:** *O professor até insistiu com alguns alunos, mas os alunos não aceitaram. Então eu fiquei fazendo o trabalho sozinho, mas eu cheguei em casa e decidi fazer um trabalho bem feito, consegui e daquele trabalho eu tirei uma nota máxima. No segundo trabalho, agora em matemática, foi da mesma forma, os alunos não quiseram fazer o trabalho comigo não. Mais uma vez eu decidi fazer o trabalho sozinho, eu fui atrás do professor, ele me auxiliou, e mais uma vez eu tirei a nota máxima novamente, então só a partir desse momento que os alunos (não-indígenas) passaram a prestar atenção em mim, passaram a me procurar quando foram fazer algum trabalho, mas eu tive que (pausa) mostrar para eles que eu tinha competência, que eu poderia fazer talvez melhor do que eles também aquele estudo. Então eu entendo que eu fui discriminado dessa forma. Eu tive que mostrar para eles que eu tinha capacidade de fazer o trabalho bom também. E aí eles começaram a me respeitar como indígena.*

Neste segundo trecho, o informante deixa clara a sua percepção quanto à vivência em sua situação que sofreu de preconceito por ser indígena, relacionado ao questionamento de sua capacidade intelectual, não necessariamente o preconceito linguístico em si, mas permeado por um julgamento negativo preconcebido da figura do indígena diante de sua interação em uma escola não-indígena.

A segunda pergunta feita ao informante INF1 refere-se à mesma situação, mas agora referente ao contexto indígena e no uso de sua língua materna. Nesse caso, um dos atributos do informante é ser bilíngue fluente nas duas línguas, o que possibilitou responder a essa segunda pergunta. Segue o trecho da resposta e posterior análise.

**INF1:** *Sobre a nossa língua Terena, como você sabe, a gente tem diferença de uma aldeia para outra aldeia, e eu tenho o meu jeito de falar a língua Terena e muitas vezes fui discriminado por isso, pois eu tenho uma forma de falar diferente, né?*

Nesse trecho, podemos destacar a consciência que o falante INF1 tem de variação da língua Terena em diferentes espaços e comunidades de fala, fator que também gera questionamento em relação a uma forma “correta” ou “melhor” de falar a língua. Outro aspecto que podemos destacar nesse momento da entrevista é a atitude do INF1 frente ao reconhecimento da escolha individual por um determinado modo de falar que está coerente com a sua comunidade, possivelmente fomentado pela convergência de sua rede de relações sociolinguísticas. (BORTONI-RICARDO, 2011).

Em relação à percepção do INF1 quanto aos motivos desses conflitos linguísticos, o mesmo relata que:

**INF1:** *Algumas pessoas me falam assim: “o seu linguajar Terena já parece português”, pois há muito tempo a gente vem falando com pessoas não-indígenas e, por falar muito em língua portuguesa, a gente acaba falando com um ritmo de língua portuguesa mesmo, mas não deixa de ser a língua*



*Terena. Por muitas vezes eu fui em outras aldeias e fui discriminado por isso também. “Ah, mas o seu Terena (a língua), não é mais o Terena legítimo”, mas isso não me tira a vontade de falar a língua Terena, eu tenho sentido cada vez mais vontade de procurar isso (falar a língua Terena), mas ainda sofro com isso (o preconceito).*

Neste trecho da entrevista, o informante demonstra que o preconceito linguístico existe tanto na variação da língua portuguesa brasileira, quanto na variação da língua indígena Terena, e que não há uma compreensão da diferença linguística a partir do prisma de falares que compõem as línguas e da naturalidade desse processo, mas há o viés da rejeição e, conseqüentemente, o desejo de um padrão “mais adequado” ou “melhor” de falar a língua Terena, que se aproxime do vernáculo falado sem a influência dos contatos com a língua portuguesa brasileira. Outro aspecto que merece destaque nesse trecho é a questão de identidade, conforme Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000), a qual é preservada pelo falante mesmo o reconhecimento da variação mais distante do vernáculo.

Passando agora para o informante INF2, homem, 25 anos, graduando em Ciências Sociais do núcleo familiar Rondon, professor e líder cultural, temos o seguinte relato:

**INF2:** *Ainda ocorre muita discriminação no nosso meio, de várias formas, uma delas é, a maioria do povo indígena, muitos falam, além do português, falam a língua materna, então ainda quando vai pronunciar a língua portuguesa, às vezes não pronuncia muito bem, pode sofrer a discriminação por não falar bem, corretamente, não saber falar direito, e o meu povo vem conhecendo aos poucos a língua portuguesa e a língua materna é um dos fatores de não falarem muito bem a língua portuguesa e acabam se confundindo.*

Nesse relato é possível identificar a clareza do informante sobre a necessidade de compreender a influência de uma língua sobre a outra para combater o preconceito linguístico, observando-se desde o ritmo empregado nas interações, o que também foi mencionado pelo informante INF1, até as palavras oriundas de empréstimos tanto na língua portuguesa quanto na língua materna, uma vez que nos atos de fala as duas línguas em um falante bilíngue podem se alternar. Outro aspecto que podemos destacar é a presença da noção do ‘bem falar’, possivelmente oriunda da educação escolarizada. No trecho seguinte, podemos observar outra forma de preconceito vivenciado pelo informante INF2:

**INF2:** *Uma outra forma de discriminação com o povo indígena é a questão da cor da pele, essa cor avermelhada, amarelada meio moreno, então ainda a sociedade não-indígena te olha com esse olhar de inferioridade, com esse olhar que eles têm sobre nós, por termos uma cor diferente, eles acham que não temos a mesma capacidade intelectual, também é uma forma de discriminação da sociedade lá fora. Outra forma de preconceito é em relação à palavra ‘índio’, usam essa palavra para discriminar, ela não se refere a mim como indígena do povo Terena, cada indígena tem o seu povo.*

Destacamos, nesse momento, a presença do preconceito social entrelaçado ao preconceito linguístico, tendo em vista que o relato foi feito de forma contínua, sem pausas. Voltamos à questão inicial, coadunando com Bagno (2005), acerca do viés do preconceito que se manifesta em diferentes vertentes e marca a história de vida da pessoa que o sofre e de uma comunidade inteira. Mesmo falando em terceira pessoa, o informante INF2 relata além de sua vivência própria, lançando um olhar de situações vivenciadas coletivamente pelo grupo Terena ao qual pertence.



O informante INF3, homem, 26 anos, graduando em Pedagogia Intercultural e do núcleo familiar Cruz, professor na aldeia Kopenoty, apresenta um relato voltado a um olhar interno da comunidade, tendo em vista que na Aldeia Kopenoty há a presença de uma escola estadual indígena bilíngue que, pela sua proximidade com o Distrito de União do Norte, em Peixoto de Azevedo, agrega em seu público alunos não-indígenas moradores dos arredores nas propriedades rurais da vila, como é chamado o ambiente mais urbano do Distrito. O INF3 relata o seguinte em relação à situação de preconceito:

**INF3:** *Em relação ao preconceito linguístico ou social, não me recordo de ter sofrido em nenhum momento, pelo menos que tenha me chamado a atenção. Sempre morei nas aldeias, com contato mais frequente com meus parentes indígenas, sempre fui amigo deles. Quanto aos não-indígenas, os que eu conheço estudaram comigo na escola da aldeia, ficamos amigos e nunca me trataram diferente, mesmo eu sendo indígena, sempre tivemos um bom convívio a meu ver.*

Entretanto, quando perguntado em relação ao preconceito referente ao uso de variações da língua indígena, o informante INF3 relata na entrevista a seguinte vivência e percepção:

**INF3:** *Eu vou contar sobre o que aconteceu na faculdade comigo e minha colega quando nós começamos a fazer Pedagogia na (Instituição) nas primeiras semanas de aula, na hora de fazermos a nossa apresentação, o próprio parente nosso, indígena, questionava porque nós não falávamos a nossa língua materna, aí no começo nós ficávamos com muita vergonha, sem jeito de falar para eles porque que nós não falávamos a nossa língua materna. Com o passar do tempo, eles foram entendendo que não era nossa culpa, mas talvez por nossos pais que não nos ensinaram a língua materna. Então, no começo da faculdade, quando nós estávamos estudando, eu vivenciei isso, para mim foi um preconceito que eu tive que passar, de não falar a língua materna, e sofremos muito, mas agora os meus colegas da faculdade, eles entendem e nem questionam mais nada, não só com o nosso povo, mas também com os outros povos que não fala a língua materna.*

O relato do INF3 revela outra face do preconceito, que é o preconceito interno de indígenas bilíngues, falantes de língua materna e língua portuguesa, com indígenas que adotaram somente a língua portuguesa como língua primeira ou a única língua que interagem socialmente, sendo que, nesse caso, a língua indígena manifesta-se na memória de algumas palavras de um léxico distante no tempo. (LUZ, 2020). Percebe-se, assim, um conflito linguístico identitário, de certo modo inevitável, pois muitos aspectos da vida em comunidade estão envolvidos – os sociais, os políticos e os econômicos (SANTOS, 2021). Em geral, como nesse caso, a língua “vencedora” é a de maior prestígio, a língua majoritária, a portuguesa, que assola e devasta a minoritária, a Terena.

Aproveitamos a pausa desse trecho da entrevista para perguntarmos sobre a relação do informante INF3 com a língua Terena e os motivos que o impediram de aprender a língua indígena. Segue o relato:

**INF3:** *Eu acredito que não aprendi a língua Terena porque meus avós não falavam frequente a língua Terena comigo, falavam em português, eles falam a língua materna, eu cresci com eles, eles que me criaram desde pequeno, a minha mãe me deixou com eles, eu cresci, morei com eles até os meus 13, 14 anos e por quê eu não falo a língua materna? Quando eu tinha mais ou menos uns 3 ou 4 anos de idade, nós viemos para Mato Grosso, junto com a caravana, viemos para Rondonópolis e isso foi um dos motivos que não me deixou aprender a língua materna, porque meus avós falavam, minha mãe não fala, mas ela entende algumas coisas da língua materna. Durante esse tempo ficamos na*



*BR, eu cresci ao lado dos meus avós e eu não me lembro muito bem, mas eles não falavam a língua materna frequentemente, só de vez em quando, eles usavam mais o português, e o que levou eles a fazer isso foi que muitas pessoas ali não entendiam, mesmo sendo Terena, isso fez com que falássemos a língua portuguesa em casa. Algumas palavras eu conheço, mas entendo muito pouco, pois não consegui aprender, e também não tinha necessidade de eu aprender, porque todas as pessoas ao meu redor falavam português, acho que isso fez que eu não aprendesse a língua materna.*

A vivência relatada pelo informante INF3 nos mostra a relação direta de substituição linguística. Nesse relato, é interessante destacar a questão da necessidade comunicativa que ocorre ao longo das interações e a influência da rede de relações sociais que se estabelecem nessas novas comunidades, conforme pontua Bortoni-Ricardo (2011), cada vez mais afastadas geograficamente das comunidades mais isoladas e tradicionais, também concordando com a visão já pontuada por Labov (1994, apud MONTEIRO, 2000) neste artigo, especialmente a que trata sobre a correlação entre língua (comunidades linguísticas) e sociedade e aos fatores contextuais condicionantes que levam, necessariamente, à perda de identidades culturais e linguísticas.

Para que isso não aconteça, é necessário que a comunidade linguística assuma sua realidade bilíngue e que a escola, por meio de métodos que fixem e propaguem a língua materna Terena, no espaço e no tempo, possa realimentá-la para que não se perca esse patrimônio linguístico. Dessa forma, o ensino bilíngue possibilitará aos alunos maior participação nos diferentes grupos sociais, capacidade de inserção, desenvolvimento social, cultural e habilidade e proficiência linguística em mais de uma língua. (SANTOS, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se revisitarmos a linha do tempo que percorre a questão do preconceito linguístico no Brasil e suas variáveis históricas e sociais como um todo, mergulhamos no campo das relações de poder e de imposições elitizadas, transformadas em padrões “únicos” a serem seguidos, os quais se estabelecem ao longo dos anos, alimentando cada vez mais a assimetria entre uma cultura dominante e outra, dominada.

Ao abarcarem nas terras brasileiras durante a invasão colonizatória, o contato dos europeus com o plurilinguismo indígena foi imediato e, deveras, assustador aos olhos de quem esperava uma terra “virgem”, e os indígenas foram ‘classificados’ e registrados na história contada pelo colonizador como ‘selvagens’ a serem ensinados/educados pelo não-indígena, sendo que, por conta do movimento contrário que aconteceu, em que os indígenas os ensinaram a sobrevivência em terras brasileiras, é que houve possibilidade da permanência e domínio dos europeus.

O poder de uma unidade linguística pode ser observado em diversas realidades, para além do processo de colonização do Brasil, pois garantiu (e ainda persevera) o controle social unilateral, no qual há somente um “certo” e o que varia, difere, é percebido como “errado”, devendo ser silenciado, combatido.

Assim, a partir desses primeiros contatos, o conseqüente genocídio dos que não aceitaram ser subjugados, não fora apenas de corpos, mas de culturas inteiras que, pelo olhar do colonizador, ameaçavam o total domínio do território brasileiro pelos portugueses, restavam aos povos duas opções: adaptar-se ou lutar até a morte contra o domínio bélico e cultural português.

Especificamente em relação aos povos indígenas brasileiros, originários desta terra, isso significou a morte de etnias e/ou de línguas maternas que sequer tiveram registros, resultando em



uma anulação cultural e posterior substituição em muitos casos por outra língua, em especial, a língua portuguesa e outra cultura, a cultura europeia, imposta sem história nem tampouco significado para os indígenas.

Entretanto, passado o tempo do genocídio, passado o tempo da proibição em falar suas línguas maternas, as comunidades indígenas no Brasil se deparam com outra forma de silenciamento, agora provocado pelo preconceito linguístico contra indígenas que sobreviveram e se adaptaram à cultura dominante do não-indígena, na herança cultural do domínio pelo padrão, pelo certo e errado que novamente classificam as variedades da língua e seus falantes.

Apesar de todo esse percurso de perdas culturais irreparáveis, ainda há lugar para o preconceito. O maior deles ainda é a negação da realidade do plurilinguismo de diversas maneiras no Brasil. Línguas indígenas que ainda vivem no interior das comunidades, nas bocas e memórias de seus falantes, a maioria anciãos. A inserção da escola em comunidades indígenas a partir da Constituição de 1988 foi de fato uma grande conquista, mas esta, como instrumento regulatório cultural da sociedade não-indígena, encontra-se em uma linha tênue que nem sempre abraça a diversidade cultural, ocasionando o que podemos chamar de constrangimento linguístico, marginalização e exclusão, que podem apagar qualquer possibilidade de transformação social e coexistência entre as culturas indígenas e não-indígenas no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ÂNGULO, Ricardo Diego Cavalcante; BONIFÁCIO, Ligiane Pessoa dos Santos. Preconceito linguístico e diversidade cultural – um estudo feito com alunos do 7º período de Letras do Instituto de Natureza e Cultura. **Anais do SILEL**. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2005.

BELIZÁRIO, Inézia. GOMES, Nataniel dos Santos. A variação linguística na aldeia Cachoeirinha – Miranda, MS. **Revista Ave Palavra**. Ed. 20. Alto Araguaia, 2015.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

LUZ, Jislaine da. **O caminhar indígena por uma pedagogia (Inter)culturalmente sensível: interações Sociolinguísticas na Escola Estadual Indígena Élio Turi Rondon “Terena”**. trabalho de conclusão de curso (Dissertação/ Mestrado) Mestrado acadêmico em Letras, Faculdade de Educação e Linguagem Campus de Sinop, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall’igna. **Língua brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas/ Aryon Dall’igna Rodrigues**. – São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SANTOS, Alessandra de Souza. **Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística**. Tese de Doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Brasília, 2012.